

## GÊNERO: (RE)POLITIZANDO A PSICANÁLISE

*José Antonio Stona da Silva\**

### RESUMO

Este texto tem por propósito, em primeiro lugar, construir uma reflexão acerca da ideia de que gênero, além de ser um problema de todos, inclusive da psicanálise e dos/das/des psicanalistas, é um conceito imprescindível para a escuta clínica no contemporâneo. Em segundo lugar, tem por objetivo apontar tarefas teóricas e clínico-políticas para que possamos, coletivamente, desobstruir a nossa escuta e ampliar o nosso horizonte ético e político, mas, mais do que isso, para que possamos perder o medo de abrir mão de velhos conceitos e criarmos coragem de escutar as demandas do nosso tempo, inventando novos rumos e, conseqüentemente, novos conceitos para as psicanálises.

Palavras-chave: psicanálise; gênero; escuta clínica

### GENDER: (RE)POLITICIZING PSYCHOANALYSIS

#### ABSTRACT

*The purpose of this text is, firstly, to build a reflection on the idea that gender, in addition to being a problem for everyone, including psychoanalysis*

---

\* Psicólogo e psicanalista. Doutorando em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFS) na linha de Pesquisa de Psicanálise e Cultura Contemporânea (Bolsa CAPES) com período sanduíche de doutorando em Psychanalyse et Psychopathologie pela Université de Paris (Bolsa CAPES-PDSE). Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura (UFRGS). Especialista em Problemas do Desenvolvimento da Infância e Adolescência (Lydia Coriat). Coautor do livro “O Cis no Divá” (2021). Organizador dos livros “Relações de Gênero e Escutas Clínicas” (2021), “Remonta: a escuta clínica da população LGBTTIAP+” (2022) e “Relações de Gênero e Escutas Clínica vol. 2”. Psicanalista Clínico e Supervisor no Projeto Remonta (Clínica LGBTTIAP+). Coordenador da Pós-Graduação em Psicanálise e Relações de Gênero: Ética, Clínica e Política (FAUSP/FORTIORI). Coordenador do Grupo de Estudos em Psicanálise e população LGBTTIAP+ (UFS). Criador do projeto Roda de escuta LGBTTIAP+ (UFS), em como principal área de atuação e interesse a psicanálise, com enfoque nos temas: Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Teoria Queer. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2188-5691>. E-mail: [jstona@icloud.com](mailto:jstona@icloud.com)

*and psychoanalysts, is an essential concept for clinical listening in the contemporary world. Secondly, it aims to point out theoretical and clinical-political tasks so that we can collectively clear our listening and broaden our ethical and political horizons, but more than that, so that we can lose the fear of giving up old concepts and create the courage to listen to the demands of our time, inventing new directions and, consequently, new concepts for psychoanalysis.*

*Keywords: psychoanalysis; gender; clinical listening*

## **GENRE: (RE)POLITISER LA PSYCHANALYSE**

### **RÉSUMÉ**

*L'objet de ce texte est, dans un premier temps, de construire une réflexion sur l'idée que le genre, en plus d'être un problème pour tous, y compris la psychanalyse et les psychanalystes, est un concept essentiel pour l'écoute clinique dans le monde contemporain. Deuxièmement, il vise à souligner les tâches théoriques et clinico-politiques afin que nous puissions collectivement éclaircir notre écoute et élargir nos horizons éthiques et politiques, mais plus que cela, afin que nous puissions perdre la peur d'abandonner les vieux concepts et créer le courage écouter les exigences de notre temps, inventer de nouvelles directions et, par conséquent, de nouveaux concepts pour la psychanalyse.*

*Mots clés: psychanalyse; genre; écoute clinique*

## **GÉNERO: (RE)POLITIZANDO EL PSICOANÁLISIS**

### **RESUMEN**

*Este texto tiene por propósito, en primer lugar, construir una reflexión acerca de la idea de género, além de ser um problema de todos, inclusive da psicanálise e dos/das/des psicanalistas, é um conceito imprescindível para a escuta clinic no contemporâneo. Em segundo lugar, tem por objetivo apontar tarefas teóricas e clínico-políticas para que possamos, coletivamente, desobstruir a nossa escuta e ampliar o nosso horizonte ético e político, mas, mais do que isso, para que possamos perder o medo de open mão de Velhos conceitos e criarmos coragem de escutar as demanded do nosso tempo, inventando novos rumos e, consequentemente, novos conceitos para as psicanálises.*

*Palabras clave: psicoanálisis; género; escucha clinica*

*“Só há duas psicanálises, a da mímica e a do risco”*

*Laurie Lauffer*

A epígrafe diz muito sobre o interesse deste trabalho, que é o de colocar a psicanálise no divã, a favor e contra si mesma, para que possamos entender que uma psicanálise da mímica concerne àquela prática que repete constantemente a mesma coisa (Sigmund Freud e Jacques Lacan). Já uma psicanálise do risco é aquela que se liberta, para, paradoxalmente, fazer ouvir melhor a extensão de sua invenção. Portanto, para que a psicanálise consiga escutar as suas potências e os seus limites, o gênero pode ser uma das categorias de análise da própria psicanálise.

Nesse contexto, uma pergunta recorrente que tenho feito nos eventos de psicanálise dos quais participo, sejam em instituições de formação, sejam em cursos de pós-graduação, é: levanta a mão quem aqui trabalha com gênero. É impressionante a resposta (inclusive, recomendo a você, querido/a/e leitor/a/e, que faça o experimento). Majoritariamente, o que eu recebo são mãos abaixadas. Aqui, surge um primeiro ponto: o que seria trabalhar com gênero na concepção dos/das/des psicanalistas? Gênero é algo que só pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, travestis, *queers*, intersexuais, assexuais, pansexuais etc. têm? Ou gênero é um problema de todos?

Este texto, pois, tem por propósito, em primeiro lugar, construir uma reflexão acerca da ideia de que gênero que, além de ser um problema de todos, inclusive da psicanálise e dos/das/des psicanalistas, é um conceito imprescindível para a escuta clínica no contemporâneo. Em segundo lugar, o objetivo é apontar tarefas teóricas e clínico-políticas para que possamos, coletivamente, desobstruir a nossa escuta e ampliar o nosso horizonte ético e político, mas, mais do que isso, para que possamos perder o medo de abrir mão de velhos conceitos e criarmos coragem de escutar as demandas do nosso tempo, inventando novos rumos e, conseqüentemente, novos conceitos para as psicanálises.

## O ANTÍDOTO É O PRÓPRIO VENENO

Para iniciar a minha argumentação, gostaria de situar a maneira como eu compreendo o que é gênero, para, depois, passar a subverter as lógicas que, do meu ponto de vista clínico, já não servem mais.

Gênero é um conceito tóxico que veio para contaminar as clínicas, as análises e as formações de psicanálise, deixando os analistas atordoados,

tontos, desesperados, com ânsia, com dores de cabeça, enjoados, confusos, com irritação nos olhos e, principalmente, com irritação nas orelhas. É um conceito surgido na década de 1950, dentro do campo da medicina, pelo sexólogo John Money, que o criou para distinguir aquilo que era compreendido como sexo, já que, até então, não havia sido estabelecida uma diferença entre o que era do campo da biologia e o que era do campo social na leitura dos corpos (tudo estava associado tão-somente às condições biológicas).

A partir dos trabalhos de Money, começamos a diferenciar sexo biológico<sup>1</sup> de gênero como um papel social. Antes desses trabalhos, era raro o uso do termo “gênero” para menção a qualquer elemento que não se referisse a categorias gramaticais. Depois de Money, o conceito se expandiu e passou a ser importado, em diversos continentes, por diferentes disciplinas, de modos muito díspares. Embora tenham sido criadas, em cada território, determinadas formas e meios para abordá-lo, a mais conhecida, que se deu por uma maior relação colonial, é a apropriação do feminismo ocidental, a partir da segunda “onda”, que tornou o gênero uma categoria analítica, por volta da década de 1980. Essa incorporação, feita pelos feminismos, possibilitou uma virada política no uso do conceito, que, agora, não é mais pensado apenas na dualidade “determinação biológica” *versus* “construcionismo social”, mas, também, e principalmente, pela via das relações de poder e das tecnologias de subjetivação, segundo Lauretis (1987).

No entanto, a partir dos usos feministas do conceito de gênero, surge, em especial com a obra magistral *Problemas de gênero: feminismo e subversão da indetidade*, de Judith Butler (2003), na terceira onda, um uso do gênero como problema, como algo que aprisiona e enjaula as subjetividades em limitações binárias. O gênero, assim, passa a ser compreendido como uma normatividade na forma de interpretar as sexualidades, os sexos e, então, agora, os gêneros (que seriam infinitos, abertos e constantemente dispostos a reinvenções). O gênero, nesse cenário, transforma-se em uma maneira de decodificarmos a organização social das relações de poder sobre os indivíduos, servindo como uma forma de classificação, distinção e categorização especialmente pautada em uma lógica dualista – homem/mulher, masculino/feminino etc.

Segundo Butler (2003), o que organiza a maior parte do pensamento ocidental no modo de pensar gênero está articulada a uma matriz de inteligibilidade cisgênera (colonial<sup>2</sup>) e heterossexual (compulsória)<sup>3</sup> como modelos de regulação. Ou seja, a maneira como compreendemos o que é humano e o que não o é se dá a partir dessas duas categorias.

A referida autora, ao resgatar o pensamento de Beauvoir, Freud e Foucault, tenta nos mostrar como o gênero é fabricado, cotidianamente, por meio de dispositivos de poder-saber-ser que tentam, a todo custo, manter, pela reiteração e pela repetição, a estabilidade do gênero. De tanto repetirmos, ao longo da história, o que são coisas de homem ou coisas de mulher (colocando essas duas categorias, inclusive, como únicas possibilidades de subjetivação), criamos uma falsa ontologização, como se ser homem ou mulher fossem “essências”, fatos dados, imutáveis, estáveis e instantaneamente produzidos. O que Butler aponta é que esse mecanismo indica senão o caráter ficcional do gênero: o gênero não seria algo que alguém é, nem algo que alguém tem, mas algo que alguém faz – não por livre e espontânea vontade, mas pela compulsão e coerção a ter que fazer, desde muito cedo e ao longo de toda vida.

Todavia, independentemente da abordagem utilizada para justificar o que é gênero, o mais importante é sabermos que não há um consenso ou uma teorização que dê conta de explicar o conceito por completo. Existem ramificações e interseccionalidades<sup>4</sup> – e, por isso, a depender do nosso lugar situado e das lentes que escolhermos para olhar a questão (feministas, transfeministas, *queers*, dos estudos de gênero, das relações raciais, da psicanálise etc.) –, as respostas serão, sempre, diversas.

Neste texto, por escolha política, adotarei a terminologia de Judith Butler para pensar gênero, principalmente como um problema e, também, como algo *fake*/falso (construído cotidianamente mediante repetições forçadas), pois é a que, no momento, parece fazer maior sentido. A adoção dessa terminologia, afinal, ajuda a entender que a norma não existe, pois ela se sustenta por meio da reiteração. De tanto citacionalmente enunciarmos que homem é uma coisa e mulher é outra, acabamos por criar categorias que se cristalizam ao longo do tempo, por múltiplos discursos que tentam, a todo custo, garantir essa instabilidade.

Gênero é uma maneira de reconhecermos os limites impostos a nossa existência, aos nossos corpos e aos nossos desejos. Gênero é um problema de todos, já que ninguém escapa às suas artimanhas de exclusão (por mais bem-enquadrado que o sujeito possa estar, irá, inevitavelmente, em algum momento, deparar-se com algo que não funciona para ele: um homem cis que não quer ser provedor; uma mulher cis que não quer ser mãe; um homem trans que não quer deixar de amar a poesia para “ser homem”; uma mulher trans que não quer passar por nenhum tipo de modificação corporal para “ser mulher de verdade”; pessoas que não têm interesse em se enquadrar em apenas duas categorias, mas querem inventar uma categoria para si, e assim por diante).

Portanto, acredito, tal como aponta Scott (1995), que “os que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas significam, têm uma história”. Tanto Butler quanto Scott são enfáticas em mostrar que há, sempre, uma outra história possível a ser contada; há sempre uma fissura, uma falha na repetição que abre espaço para que algo novo surja a todo instante. Entendo, então, que, para nos livrarmos da toxicidade do gênero, fazendo com que a importância desse conceito não fique restrita às pessoas LGTBTTQIAP+, é necessário que nos aproximemos dele, paulatinamente, cada um ao seu tempo e ao seu modo, em nossas práticas, leituras e formações. Caso contrário, a luta pela sua desconstrução será mais lenta, e os efeitos das regulações de gênero ainda provocarão efeitos danosos para todos/todas/todes Butler (2004).

## **A PSICANÁLISE A SUA RELAÇÃO COM O CAMPO DA POLÍTICA**

A partir dessa rápida passagem pelo conceito de gênero, meu interesse, agora, é pensar a relação da psicanálise com o campo da política (sempre tendo o gênero no horizonte). Essa questão, afinal, vem ganhando força após um longo período de adormecimento, marcado pelos privilégios dos psicanalistas de não precisarem se preocupar com o tema – tanto por estarem protegidos em seus consultórios de bairros nobres quanto por serem, até há pouquíssimo tempo, sobretudo brancos, cisgêneros e heterossexuais (não por acaso, mas por escolha das instituições de não

permitirem pessoas LGBTQIAP+ dentro das suas formações), como bem aponta Bulamah (2016).

Pensar psicanálise e política pode parecer, em um primeiro momento, algo estranho, em especial no Brasil, dada a ausência de letramento político do brasileiro, que é ensinado, desde muito cedo, que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, e que “religião e política não se discutem”. Isso, conforme ensina a psicanálise, não é sem efeitos, na medida em que todo desmentido produz consequências, queira o sujeito ou não.

O tema, portanto, é mais próximo da psicanálise do que os psicanalistas imaginam, considerando que o próprio Freud foi muito ativo em sua observação política, principalmente em textos sociais e culturais como *Considerações atuais sobre guerra e morte* (1915), *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), *O futuro de uma ilusão* (1927), *O mal-estar na cultura* (1930), *Análise terminável e interminável* (1937) *Moisés e o monoteísmo* (1939). Nesses e em outros escritos, segundo refere Sassi (2019), Freud propôs pensar as afetações entre as dimensões social e individual, transformando aquilo que permeava o laço social de seu tempo em objeto de pesquisa e indagação acerca da inserção do sujeito no meio do qual participava, ou seja, mostrando perfeitamente a relação da psicanálise com o campo da política.

A psicanálise, nos termos de Birman (2006), é tributária do discurso da ciência e da democracia, especialmente por ter, como fundamento ético, um pacto a favor da palavra e contra o silenciamento, contra qualquer fixidez, cristalização e essencialismo do sujeito. Já os psicanalistas, nem tanto, na medida em que, segundo Quinet (2016), a psicanálise é subversiva, mas os analistas são conservadores.

Freud, ao explorar o eixo do mal-estar na cultura como marca fundamental do seu percurso de pesquisa, faz, por meio dessa leitura, a crítica da modernidade e dos impasses do sujeito na relação consigo mesmo e com o outro, o que surge como um primeiro aspecto fundamental que atravessa as relações entre subjetividade, política e inconsciente.

Um segundo eixo organiza-se a partir do texto “Psicologia das massas e da análise do eu”, em que o autor argumenta que a psicanálise não é apenas uma psicologia do indivíduo, mas é, também, uma psicologia

coletiva e social, de modo que os processos de subjetivação passariam, sempre, entre as práticas narcísicas e as práticas alteritárias, entre o eu e os laços sociais.

Um terceiro eixo que podemos encontrar para relacionar psicanálise e política é a crítica de Freud sobre as duas grandes instituições sociais de seu tempo: a igreja e o exército. Tal análise mostra perfeitamente que a subjetividade é formada e constituída por aquilo que Foucault (2021 [1978]) chamará, mais tarde, de o campo da micropolítica.

Um quarto eixo, que já está presente em *Moisés e o monoteísmo*, mas que Freud desenvolveu anteriormente, no texto *Futuro de uma ilusão* ([1927] 2014), é a relação entre psicanálise e religião. O autor explica que a religião é uma visão de mundo constitutiva da subjetividade e que alguns sujeitos aderem à religião como uma maneira de não viver a sua condição desamparada, como se a figura de Deus pudesse dar proteção ao seu desamparo fundamental, conforme situa Birman (2006).

Um quinto eixo é a marca final do pensamento de Freud de mostrar como existe uma parcela fundamental da nossa condição humana que não é passível de ser massificada e domesticada, ou seja, o autor alerta que existe algo, na nossa existência, que resiste ao processo de disciplinarização e que fica como resto. Segundo Freud, esse resto não é passível de ser inteiramente regulado pela política, não é passível de ser inteiramente terapeutizado e também está nas práticas da pedagogia como aquilo que impede uma criança de ser totalmente normatizada pela escola. Nessa medida, é o conceito de pulsão que aparece nas linhas e nas entrelinhas da formulação freudiana como aquilo que faz com que psicanalisar, educar e governar sejam práticas impossíveis.

Os cinco eixos apresentados acima não deixam nenhuma dúvida sobre como a obra freudiana tinha relação direta com o campo da política, principalmente ao evidenciar como a repetição não ocorre apenas no plano de um sujeito na sua singularidade, mas também no plano da história.

Embora a relação entre a psicanálise e a política inicie com Freud, certamente não acaba nele. Múltiplos foram os autores que utilizaram essas temáticas para pensar os seus trabalhos, cada um marcado pelas circunstâncias de seu tempo. Freud produziu a elaboração da sua teoria a



partir dos limites da sua subjetividade e pelos elementos da cultura de sua época. Muitas coisas “ficaram sem ser analisadas”, a exemplo das questões de classe, raça, gênero etc. Portanto, cabe a nós darmos seguimento ao pensamento freudiano, saindo de uma posição de queixa, e partindo para uma posição de ação, invenção, criação. Assim, aqui, neste texto, escolho, com todas as minhas limitações, usar o gênero como um campo que pode e deve articular psicanálise e política, mas, a despeito disso, é mais do que urgente que pensemos em articulações interseccionais.

Desse modo, a relação que estabeleço entre psicanálise, gênero e política é para começarmos a notar que a psicanálise é uma fábrica de subjetivação. Assim como tantos outros discursos, ela ajudou e ainda ajuda a criar, com a sua epistemologia, uma certa noção do que é o humano e do que não o é, como percebemos no mal uso de conceitos, relacionados ao Complexo de Édipo, à castração, à inveja do pênis e à sexualização, a título exemplificativo, para justificar uma associação direta entre homossexualidade e perversão e entre transexualidade e psicose, assunto muito bem-discutido por autores como Porchat e Santos (2021), Ayouch (2019) e Cunha (2021).

A aproximação entre esses campos (psicanálise, gênero e política) é imprescindível, na medida em que, hoje, no contemporâneo, a psicanálise tem se relacionado a outras temáticas, a exemplo do gênero, por meio de uma curiosidade etiológica, e não por meio de uma escuta singular investigativa. Um modo de ilustrar essa situação é a preocupação excessiva dos analistas sobre “a questão trans”, entendendo que há uma “crise trans” que está sobre nós, como vemos por aí. Talvez, antes de nos perguntarmos sobre o outro, deveríamos começar nos questionando sobre perguntas dirigidas a nós mesmos: qual é a “questão dos analistas”? Qual “crise dos analistas” está sobre nós? O que querem os analistas? Onde vivem? Quem são eles?

Afinal, quando se trata de pensar o campo das dissidências sexuais e de gênero, muitos parecem estar mais preocupados em encontrar uma resposta antes mesmo de começar a escutar. Estão produzindo suas práticas por meio de uma psicanálise aplicada (colocando os conceitos antes da escuta), e não implicada (priorizando a escuta e o reconhecimento das estruturais sociopolíticas que envolvem aquela história), como aponta Debieux (2006) – o que, por si só, já compreendo como antipsicanalítico.

Mapear as respostas a tais perguntas pode nos ajudar a refletir sobre um certo tipo de analista que é formado por uma instituição que tem classe, raça, gênero e sexualidade, e que interfere diretamente na forma como vamos nos escutar e escutar o outro. Se fizermos tais perguntas sistematicamente, conforme refere Butler (2016), podemos acabar compreendendo que a norma não cessa de se inscrever de forma imediata e que a deixar de lado é um exercício diário. Talvez, se começarmos agora, consigamos perceber que incorremos, ainda em 2022, em um mesmo erro, o erro comum dos psicanalistas de caírem na armadilha de tornar objeto toda experiência fora do quadro branco, cisgênero e heterossexual.

Essa discussão faz-me lembrar da fala de Preciado (2019), em *Eu sou um monstro que vos fala*, e os efeitos causados por ela nos analistas. O texto de Preciado é fundamental, pois, em certa medida, é um guia sobre o nosso dever de casa. Porém, com toda potência que o texto traz, em 2019 e nos anos seguintes, o que não faltaram foram respostas de psicanalistas sobre a audácia de Preciado, sob o principal argumento de que ele “não teria entendido bem” a psicanálise. Mas e nós? A entendemos bem? Se a psicanálise sempre foi subversiva; e se ela, desde o princípio, apresentou conceitos que nos ajudam a pensar um sujeito que não se assimila (e, se o faz, faz pagando o preço de seu sintoma) e um inconsciente que resiste a qualquer normatização, mas, principalmente, uma pulsão que não tem objeto e um projeto teórico-político, a exemplo das fórmulas de sexuação, que colocam, de um lado, o gozo do um e, do outro, o gozo do múltiplo, justificando, assim, uma leitura não binária em Lacan; o que aconteceu/ está acontecendo? Por que tanta resistência? Por que tantas respostas defensivas? Por que tanto desmentido diante das dissidências sexuais e de gênero? Onde essa potência se perde quando ela é usada para violentar e enquadrar previamente um sujeito em um determinado diagnóstico?

## **PARA A PSICANÁLISE MANTER A SUA VITALIDADE, QUAIS SÃO AS NOSSAS TAREFAS POLÍTICAS?**

Nos eventos de psicanálise dos quais participo, outra situação acontece de forma recorrente: existe uma tradição instaurada pelo pensamento/ movimento psicanalítico nos psicanalistas, que é falar do agora a partir de

conceitos antigos. Por óbvio, muitos conceitos são atemporais e instituem uma ética de trabalho do analista. Contudo, alguns, se não se mostram agora inservíveis, precisam de revisão, ampliação e rearticulação a partir da nossa cultura.

Por exemplo: uma das coisas que parece produzir equívoco é a tentativa insistente de pensarmos (ou falarmos de) pessoas trans a partir de um Édipo ou de uma teoria da sexualização como se esses conceitos fossem fixos e imutáveis, em uma insistente tentativa de “como vou encaixar uma travesti no Édipo” ou em qual estrutura está a não-binaridade (neurose – psicose – perversão?), relembrando um passado não tão distante em que as homossexualidades ocupavam a mesma lógica. Sem nos darmos conta da historicidade que atravessa a produção desses conceitos e, mais ainda, o que nos atravessa como analistas, acredito que tais questões sejam uma das nossas principais fraquezas: esquecer de situar o debate.

Tudo isso está a exigir talvez uma nova ética, uma forma de sensibilidade, uma estratégia de empatia que consiga colocar a psicanálise contra ela mesma e, por que não, uma sensibilidade que decorre da possibilidade de contar com novos interlocutores. O que nos faz perguntar, conforme aponta Laufer (2022), em que estado epistemológico está a psicanálise hoje, portanto, quase cento e cinquenta anos após sua invenção por Freud e setenta anos após o retorno da leitura de Freud por Lacan? O que é a psicanálise hoje em relação ao sexo (ferramentas de análise das relações sexuais), ao sexual (disposição e discurso), aos gêneros (produção de corpos múltiplos) e às sexualidades (práticas e invenções do prazer)? Ou seja, se quiser se reinventar e se reconectar com suas origens subversivas, a psicanálise precisa, hoje, dialogar com teorias feministas, estudos *queer* e movimentos trans, e se deixar instruir por outras experiências eróticas e políticas. É voltando a ser uma teoria crítica e inventiva, em busca de novos saberes e práticas, que a psicanálise pode se reconectar com a sua emancipação, tal qual aponta Laufer (2022).

Recentemente, no lançamento do livro *Psicanálise para todos*, de Debora Tajer, a psicanalista Patrícia Porchat referiu que, atualmente, aos debates, às questões e às críticas dos estudos de gênero à psicanálise, os psicanalistas têm respondido, muito rapidamente, pela via do susto e pela via do medo, mas não pela via do diálogo. Essa referência é excepcional, e é a partir dela

que gostaria de começar o “diálogo”, propondo o mapeamento de tarefas. A intenção não é esgotar o assunto, mas dar continuidade às investigações iniciadas no texto *Ativista analista* (Stona, 2022).

Em primeiro lugar, entendo fundamental resgatarmos o pensamento metodológico da teoria freudiana (que me parece perder força no contemporâneo, principalmente quando se trata de pensar questões das dissidências sexuais e de gênero na escuta clínica de psicanalistas) por meio da pergunta: o que não estamos escutando em nosso tempo? Pistas para essa resposta podem estar nos discursos e nas denúncias dos movimentos feministas, de gênero, *queers* (Saez, 2004) etc.

Em segundo lugar, também quando se trata de pensar questões das dissidências sexuais e de gênero na escuta clínica, acredito que o momento, ultrapassando a necessidade do “entender”, nos convoca, de uma vez por todas, a “agir”. Um agir guiado, diariamente, pelo exercício de transreferenciar a clínica, “enviaderar” a escuta, “lesbificar” o consultório, e assim por diante. Ou seja, precisamos começar a ler, conviver e conversar com pessoas trans, travestis, *gays*, lésbicas, *queers* etc. sobre como eles/elas/elus estão reivindicando as suas demandas e pensando o seu próprio modelo de cuidado, para que possamos nos aproximar de uma escuta que seja tanto acolhedora quanto interessada, e não patologizante. No meu ponto de vista, se uma aproximação direta e aliada não for feita, são grandes as chances de repetirmos violências estruturais em nossos consultórios.

Em terceiro lugar, precisamos aprender com as propostas dos pensamentos feministas sobre a importância de não falarmos de forma universal, generalizante e hegemônica sobre nenhum assunto. Conforme propõe Haraway (2009), temos que falar de uma forma local e situada, localizando-nos enquanto território, geografia, continente, cor, gênero e sexualidade, para que possamos sair do movimento colonizador de tornar o outro sempre outro, como Spivak (2014), e o analista como neutro, benevolente, que consegue ser totalmente abstinente e que é capaz de escutar tudo apenas recorrendo a Freud e Lacan. É necessário lembrarmos, aqui, que uma geração de psicanalistas foi subjetivada na modernidade em um mundo com aspirações binárias e uma matriz de pensamento específica, quase esquecendo que o inconsciente, sempre, tem a ver com o laço social.

Em quarto lugar, precisamos parar de desmentir a herança psiquiátrica que ajudou a forjar um modo de pensar os conceitos centrais da psicanálise (a exemplo da histeria, perversão, psicose etc.) e o quanto essa lógica ainda opera com muita força nas instituições e nos debates de psicanálise.

Em quinto lugar, devemos insistir na análise frequente da contratransferência, não somente aquela da escuta analítica, por meio de um sentimento anti-LGBTQTQIAP+<sup>5</sup> por parte do analista, mas também a contratransferência institucional dos espaços de formação em psicanálise, que se estrutura a partir da manutenção das regulações de poder sobre raça, classe e gênero (dentre outros marcadores sociais) – afinal, praticamente não existem pessoas trans, travestis e negras nesses espaços, sobretudo no Brasil, porque poucos dispõem de condições financeiras de pagar um salário mínimo mensal para se tornar psicanalista.

Em sexto lugar, é importante reconhecermos a dimensão sociopolítica do sofrimento psíquico em ação quando vamos pensar a escuta clínica a partir do gênero. Assim, conseguiremos considerar que o sofrimento de muitos sujeitos não diz respeito a uma questão intrapsíquica, uma falha no desenvolvimento, na constituição subjetiva, um percurso mal feito pelo Édipo e pela castração, mas como um sofrimento depositado sobre o sujeito e reiterado, ao longo de toda sua vida, por uma estrutural social que é violenta.

Em sétimo lugar, é essencial levarmos a sério as argumentações de Freud (1905), nos *Três ensaios para uma teoria da sexualidade*, quando diz que, diante do inconsciente, há uma sexualidade e, por que não, um gênero (singular, único) que nunca se estabiliza, que nunca se fixa por completo, mas é produzido por um movimento constante, um fluxo interminável da pulsão, que é sempre sem um objeto pré-determinado, conforme apresentam Santos e Polverel, (2016). A partir disso, poderemos parar de estabelecer lógicas antipsicanálticas frente à diversidade sexual e de gênero, permitindo-nos sustentar uma escuta que agüente habitar a contradição e suporte a indefinição daquele que pede para ser escutado.

Em oitavo lugar, também é imprescindível investigarmos, mais cautelosamente, as raízes profundas da subordinação e da violência de gênero no Brasil e as cicatrizes que elas deixaram/deixam como consequência, fazendo uma reflexão entre as formações inconscientes e as formações histórico-sociais.

Em nono lugar, acredito que passou da hora de interseccionalizarmos a clínica, na medida em que necessidades sociais constroem certos tipos de subjetividade que estarão, sempre, relacionadas à classe, raça, gênero etc. Assim, perceberemos, como aponta Tajer (2022), que os papéis sociais construíram modos de viver e de construir a feminilidade e a masculinidade que acabaram por criar representações e ideais de gênero que os sujeitos, além de assumirem para si, incorporaram como expectativas em relação aos outros.

Em décimo lugar, é urgente levarmos em conta os debates sobre colonialidade e como ela tem produzido, sistematicamente, um regime de inaudibilidade nos psicanalistas, que, por todas as razões acima, mas, principalmente, pela ausência de diversidades dentro das formações em psicanálise, não estão preparados para escutar o racismo, a branquitude, o cissexismo, o machismo, o elitismo, o capacitismo, e assim por diante. Nós, psicanalistas, estamos sendo preparados para escutar um sujeito vazio, desligado de qualquer identidade, embora esses dois conceitos – “sujeito” e “identidade” – talvez devessem adentrar na psicanálise justamente para reconhecermos o silenciamento que é corroborado pela nossa teoria.

Em décimo primeiro lugar, devemos tomar cuidado quanto à apropriação semântica pouco implicada dos psicanalistas, quando utilizam o jargão do nosso tempo “a psicanálise é branca, cisgênera e heterossexual”, como se só dizer isso bastasse. Essa apropriação é cada vez mais comum, mas o reconhecimento da dimensão dela ainda é precário, bastando vermos a dificuldade que as instituições têm na abertura de vagas afirmativas nas formações clássicas de psicanálise ou observarmos que, por mais que existam muitos outros autores além de Freud de Jacques Lacan, as instituições ainda insistem no mesmo, mantendo seu pacto narcísico e a sua violência estrutural.

Por fim, mas não menos importante, é fundamental não esquecermos da nossa tarefa política enquanto analistas, que é analisar a época na qual estamos inseridos e, a partir daí, nos responsabilizarmos pelo nosso lugar. Se continuarmos a pensar com as mesmas categorias, e sob a mesma lógica, nada de novo será feito ou dito, e isso não tem nada a ver com a proposta política de Freud, que era fazer a psicanálise estar imbuída da tarefa de proporcionar um mundo melhor.

## REFERÊNCIAS

- Ayouch, T. (2019). *Psicanálise e hibridez: Gênero, colonialidade e subjetivações* Calligraphie.
- Birman, J. (2006). *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Joel Birman. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2021). *Ser justo com a psicanálise*. (1ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Vol. 1, 433p.).
- Bulamah, L. C. (2016). *História de uma regra não escrita: a proscricção da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico*. São Paulo: Annablume.
- Butler, J. (2003). *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2004). *Undoing Gender*. (pp. 40-56). New York, London: Routledge.
- Butler, J., David-Menard, M., Santos, B., Crevier-Goulet, S.-A., Debs, N., & Polverel, E. (2015). Judith Butler et Monique David-M.nard: D'une autre l'autre. *L'évolution Psychiatrique*, 80(2), 317–330.
- Butler, J. (2016). Corpos que ainda importam. In Colling, L. *Dissidências Sexuais e de gênero*. Salvador, EDUFBA.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *The University of Chicago Legal Forum*, 140, 139-167.
- Cunha, E. L. (2021). *O que aprender com as transidentidades: psicanálise, gênero e política*. (1ª ed.). Porto Alegre: Criação Humana. (Vol. 1, 160 p.).
- De Lauretis, T. (1989). *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film and Fiction*. Bloomington: Indiana University Press.
- Foucault, M. (2021). *Microfísica do poder*. (12ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freud, S. ([1905] 2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Obras Completas*. Tradução e notas Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.

- Freud, S. ([1921] 2016). *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre: L&PM.
- Freud, S. ([1925] 2012). Prefácio à Juventude Desorientada, de Aichhorn. In *Obras completas*, O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925) (Vol. 16, pp. 347-349). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. O futuro de uma ilusão ([1927] 2014). In FREUD, S. *Obras Completas*. (Vol. 17). Tradução Paulo César de Souza. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Freud, S. ([1930] 2011). *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM.
- Freud, S. ([1933] 2010). Por que a guerra? In *O mal-estar na civilização e outros textos* (pp. 417-435). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. ([1937] 1980). Análise terminável e interminável. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 23, pp. 239-287). Rio de Janeiro: Imago.
- Haraway, D. (2009). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, (5), 7-41.
- Hansbury, G. (2017). Countertransferences. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*. 4(3-4).
- Laufer, L. (2022). Vers-und psychanalyse émancipée: renouer avec la subversion. *La Découverte*. (330p).
- Porchat, P., & Santos, B. (2021). Are We Safe Analysts? - Cisgender Countertransferential Fantasies in the Treatment of Transgender Patients. *Psychoanalytic Review* (1963), 108, 411-431.
- Porchat, P. (2018). Barulhos de gênero. In *Psicanálise e gênero: narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina*. Curitiba: Calligrafie.
- Preciado, P. (2020). *Je suis un monstre qui vous parle*. Editions Grasset et Fasquelle, Paris.
- Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 200.
- Saez, J. (2004). *Teoría queer y psicoanálisis*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Santos, B., & Polverel, E. (2016). Procura-se psicanalista segurx. Uma conversa sobre normatividade e escuta analítica. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, 1(3). Recuperado em 25/10/22 em: <<https://revistalacuna.com/2016/05/22/normatividade-e-escuta-analitica/>>.



- Scott, J. (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, Porto Alegre, 20(2), 71-99.
- Sassi, K. (2019). *Do paradoxo político às subjetividades contemporâneas: costuras psicanalíticas sobre o sequestro da palavra na mediação das diferenças*. Dissertação (Mestrado em psicanálise clínica e cultura) - Departamento de psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul – RS.
- Spivak, G. C. (2014). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Editora UFMG.
- Stona, J. (2021). Ativista Analista. In Carvalho, M & Stona, J. (Orgs.). *Remonta: a escuta clínica da população LGBTTQIAP+*. (1ª ed). Salvador, BA: Devires, 184p.
- Vergueiro, V. (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.
- Wittig, M. (2001). *The Straight Mind and other Essays*. Boston: Beacon.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Termo hoje em desuso. É politicamente mais interessante usarmos o termo “sexo designado”, que coloca mais ênfase na compulsoriedade discursiva que captura um corpo antes mesmo do nascimento, do que na biologia – a exemplo do médico que, a partir da nomeação é “menino” ou “menina”, inicia uma série de atos que vão tentar garantir que aquele corpo será um ou outro, evidenciando que a biologia nada garante.
- <sup>2</sup> Para uma discussão mais específica sobre o tema, veja: Vergueiro, V. (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*.
- <sup>3</sup> Para uma discussão mais específica sobre o tema, veja: Wittig (2001) em *The Straight Mind and other Essays*.
- <sup>4</sup> Para uma discussão mais específica sobre o tema, veja: Crenshaw, K. (1989). *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex*.
- <sup>5</sup> Para uma discussão mais específica sobre o tema, veja: Hansbury, G. (2017). Countertransferences. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*. 4(3–4).